

O ativismo e o olhar queer de uma pantera rosa lusitana

Leandro Colling¹

Apesar dos estudos queer terem sido criados a partir do ativismo político, no Brasil (e outros países também, a exemplo de Portugal) ainda é comum ouvirmos alguns críticos dizerem que a teoria queer não serve para fazer política, em especial em escala macro, e que, “no máximo”, é boa para realizar a crítica da cultura. O ativismo queer do coletivo Panteras Rosa, de Lisboa, tema desta entrevista com o ativista Sérgio Vitorino, mostra o contrário.

Nascido em Évora e criado em Lisboa, Sérgio, de 40 anos, é um dos fundadores do tardio movimento LGBT de Portugal, que a rigor passa a existir, pelo menos de forma mais institucionalizada, apenas a partir da década de 90, já ligado no combate ao vírus HIV/Aids.

Em 2004, Sérgio criou, em conjunto com uma série de pessoas, as Panteras Rosa. Jornalista por formação, ele faz nesta entrevista uma excelente análise sobre as diferenças e tensões entre o que chama de movimento LGBT institucionalizado, ou *mainstream*, e o ativismo queer das Panteras.

Com seu olhar queer, também analisa a situação da discriminação sexual e de gênero em seu país, que aprovou nos últimos anos vários marcos legais que beneficiam a população LGBT, mas que, segundo Sérgio, hoje estão em risco em função da grave crise econômica pela qual passa o país, em boa medida motivada pela chamada troika, modo como é chamado o acordo de Portugal com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

¹ Jornalista, mestre e doutor em comunicação e cultura contemporâneas, professor da UFBA e coordenador do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS). A transcrição da entrevista foi realizada por Carla Freitas, integrante do CUS, bolsista PIBIC vinculada à pesquisa que estou a realizar, intitulada *Políticas das diferenças e o respeito à diversidade sexual e de gênero na ibero-américa*, em nível de pós-doutorado, vinculado ao Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, sob a supervisão da Dra. Ana Cristina Santos.

Em março de 2001, por exemplo, o Parlamento português aprovou as chamadas “uniões de fato”, o que permitiu o reconhecimento de uniões estáveis entre pessoas homossexuais. Esse “avanço”, entretanto, só estava restrito às uniões já existentes e isso fez com que o movimento se mobilizasse para a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, o que ocorreu em janeiro de 2010. Essa conquista, porém, criou outra discriminação, expressa na separação entre parentalidade e conjugalidade, cujo objetivo foi o de impedir a adoção por casais homossexuais, pauta que atualmente está entre as prioridades do movimento que Sérgio nomeia de *mainstream*, leia-se, sobretudo, a Ilga Portugal, para quem o ativista dirige as suas principais críticas e com quem mais tem discordado nos últimos anos.

Em 22 de abril de 2004, foi aprovada a inclusão da orientação sexual no artigo 13 da Constituição Portuguesa, que proíbe várias discriminações. Apesar disso, a identidade de gênero não foi incluída nessa lista. O Código Penal Português, que foi alterado em setembro de 2007 e em fevereiro de 2013, também criminaliza a discriminação racial, religiosa e sexual. Crimes motivados por orientação sexual, uma vez comprovados, podem ter penas maiores, inclusive.

Em uma longa conversa, em um café ao ar livre, numa fria tarde de novembro de 2013, em pleno Príncipe Real, onde se concentram a maioria dos bares e boates gays de Lisboa, Sérgio analisou essas conquistas, falou da situação atual e, à sua maneira, demonstrou como os estudos queer e o assassinato da transexual brasileira Gisberta impactaram na sua vida e no ativismo das Panteras.

Se jogue!

Leandro Colling – Como foi a tua inserção no movimento LGBT? Eu li que foi a partir do GTH (Grupo de Trabalho Homossexual, criado em 1991 dentro do PSR e que em 2003 se transformou no Grupo LGBT do partido Bloco de Esquerda). Foi a partir daí?

Sérgio Vitorino – Sim, eu comecei no GTH, que não existe mais. Havia um partido de extrema esquerda, que concorria às eleições, mas que era um partido fora do sistema, o Partido Socialista Revolucionário, internacionalmente ligado ao que se conhece como

DS (Democracia Socialista) no PT, da qual saíram muitas pessoas para depois fundar o Psol. É uma equivalência com o Brasil, se bem que essas comparações são sempre bem arriscadas. No PSR era onde a resistência ocorria. Nunca mais houve nada assim em Portugal. Reunia trotskistas, mas era uma organização extremamente aberta. Iam anarquistas e todos os tipos de esquerdas, inclusive aqueles que não acreditavam na participação no sistema eleitoral. E isso deu um caldo de cultura fora do pensamento padrão da esquerda, que resultou, em 1991, no nascimento do Grupo de Trabalho Homossexual. Esta foi a primeira organização partidária e até hoje é a única a ter um grupo homossexual lá dentro. Estou desconsiderando o Bloco de Esquerda porque o Bloco é uma continuação, sobretudo nesta área, do PSR. O Bloco também já não tem um grupo LGBT. Teve, e eu organizei esse grupo com outras pessoas, e acabou quando a maior parte das pessoas saíram para fundar as Panteras Rosa.

LC- E isso foi quando?

SV - Em 2004.

LC - Então as Panteras são oriundas do GTH?

SV - Pode-se dizer que parcialmente as Panteras são herdeiras dessa cultura do GTH, incorporando outras pessoas, que não passaram pelo GTH e o movimento já tem muita gente que não tem nada a ver com o Bloco de Esquerda. A formação das Panteras, em relação ao Bloco, eu sou das poucas pessoas que continua com o cartão do Bloco, mas as Panteras não têm relação com nenhum partido.

LC - E por que vocês decidiram que seria necessária a criação das Panteras? O que incomodava?

SV - Há um motivo: não havia naquela organização um espaço para fazer o trabalho que achávamos necessário no movimento. Achávamos que precisávamos ter um pé no movimento e um pé na organização partidária. No GTH era completamente diferente, não foi a primeira tentativa de criar um grupo homossexual em Portugal, mas foi o primeiro que vingou, e o GTH foi precursor do que veio depois. Todas as criações que vieram depois tiveram alguma coisa direta ou indiretamente a ver com o GTH e a luta

contra a Sida. Esses são os dois grandes momentos onde se juntaram as pessoas no movimento. O GTH durou cinco, seis anos.

LC - Hoje as Panteras, segundo alguns textos que eu li, se identificam, entre outras coisas, como um coletivo de ativismo queer também. Sempre foi assim?

SV - Sim, desde o início.

LC - Mas você não teve uma parte de sua história dentro de uma perspectiva bem identitária?

SV - Completamente! Eu gosto de contar sobre o nascimento das Panteras e tenho que contar o que fiz entre o GTH e as Panteras. Entre um e o outro eu fui fazer parte do movimento na Ilga Portugal, ajudar a construir as redes nacionais que existem hoje, a começar o Arraial Pride, as marchas do orgulho. Só começamos a construir as Panteras quando percebemos que já havia um movimento consolidado, um movimento *mainstream* emoldurado. Aí dissemos: “ok, isso já existe”, e nós achamos que devia entrar uma dialética de que para ter uma coisa tem que ter outra. Não há movimento radical se não houver o que criticar. Assim como não há propriamente movimento emoldurado com capacidade de influência social se não houver uma crítica pra abrir o caminho.

Um precisa do outro, embora sejam antagônicos de alguma maneira. Eu passei anos no Grupo de Intervenção Política, que foi determinante para a lei da união de facto que existe hoje em dia, mas, a partir daí, por muitas divergências que foram criadas, por crescimento da nossa consciência queer, se quiseres rejeição da cultura *mainstream*, das identidades fixas, mas pelo fato da Ilga ser uma instituição que é ultra institucional, nós precisamos fazer uma ruptura e dizer: o que nós queremos fazer não é movimento tradicional, é claramente um movimento radical.

E houve um episódio marcante, que determinou a fundação das Panteras, mais do que qualquer implicação com o Bloco de Esquerda. Houve um caso de discriminação em um bairro social, em Lisboa. No local foram realojadas dez mil famílias em casas novas, mas ficaram duas casas de fora. Duas! Uma pertencia a um gay e a outra pertencia a um casal de lésbicas porque não eram reconhecidos pela Câmara Municipal

como família. Hoje em dia isso foi modificado, porque nós conquistamos isso. O que nós quisemos fazer, obviamente, sobre esse caso, foi impedir fisicamente a demolição das casas pela Câmara Municipal de Lisboa, quando fomos juntos enfrentar as máquinas!

As Panteras surgiram nesse momento, como uma sigla pontual para atuar naquele caso, sem uma perspectiva de continuação.

LC - Por que esse ato teve que ser feito pelas Panteras?

SV - Porque a Ilga Portugal está de tal forma comprometida com a Câmara Municipal de Lisboa que não quis pegar no caso. Recusou-se a pegar no caso. O centro comunitário onde a Ilga funciona pertence à Câmara. E assim como foi dado pode ser retirado. Isso é uma divergência que já vinha acumulando, tínhamos vários momentos de conflito com o presidente da Câmara, tanto quando era o João Soares, do PS, como o Santana Lopes, de direita. O primeiro ameaçou retirar o Arraial Pride, que se realizava aqui (no bairro Príncipe Real), para os confins da cidade. O segundo queria proibir a marcha do orgulho na Avenida da Liberdade, a mais nobre da cidade, porque era uma vergonha para cidade, que não ficava bem ali. E a Ilga recusou a pronunciar-se publicamente porque está comprometida com a Câmara Municipal de Lisboa. E foi isso que marcou muito o fato de que as Panteras se recusam a ter relação com o Estado. Do Estado só aceitamos preservativos gratuitos, mais nada. E já nos ofereceram dinheiro para projetos, financiamentos, não aceitamos o mínimo compromisso com nenhuma instituição pública porque sabemos que um dos principais problemas do associativismo em Portugal, não só LGBT, é que são vendidos.

O sistema político e partidário desenvolveu, sobretudo quando se está no poder, uma forma de relacionamento com os movimentos de sistematicamente comprá-los, com cargos, com dinheiro, com financiamento, com recursos. O Partido Socialista, por exemplo, quando está no poder, é exímio nisso! Num momento você tem movimentos estatutários, e no dia que se ganha as eleições acabou tudo! E as pessoas que num dia estavam a contestar, no dia seguinte estão no poder, são exímios nisso! É uma coisa mesmo muito bem trabalhada aqui em Portugal no sistema político.

LC - Mas isso não ocorre só em Portugal. No Brasil acontece o mesmo!

SV - Mas aqui é algo absurdo porque, em qualquer outro país tu encontras um movimento social independente, aqui não se faz.

LC - Mas isso também, de alguma forma, traz dificuldades para as Panteras, no sentido de realizar os projetos de vocês...

SV - Ah, tiramos algumas estruturas, mas não precisamos delas, pela natureza que assumimos. As Panteras não são uma associação, não têm uma estrutura física, a não ser um arquivo, que está em minha casa, as faixas, os cartazes, as caudas das Panteras que usamos nas marchas e distribuimos nas casas um dos outros. E nos reunimos nos bares, no Príncipe Real e na RDA (um coletivo libertário anarquista de Lisboa).

Precisamos de uma lista de e-mail para nos comunicar em rede. As Panteras, não sendo instituição, são uma rede de pessoas com alguma capacidade de reflexão conjunta, em discussão permanente pela internet e de intervenção rápida. Nós somos uma espécie de braço armado do movimento.

LC - Você já começou a delinear algumas diferenças entre as Panteras e os outros coletivos. Queria que você continuasse a fazer isso.

SV - Desde o início nós temos um slogan que é mais ou menos assim: se a homofobia é legal, nós temos que contestar por via ilegal. Porque contestá-la legalmente não é uma possibilidade.

LC - Você está falando então de ações de desobediência civil. Por exemplo, algumas dessas ações...

SV - Invadir organismos públicos, pintar de vermelho o Instituto Português de Sangue para simbolizar o sangue dos gays que é rejeitado, tentar impedir as máquinas de destruir as casas desses casais, ações de beijaço público, coisas das mais visíveis possíveis, ações anti-publicidade, que não têm muita tradição mas é uma outra forma de ação. São ações de vandalizar esses postes publicitários, por exemplo, denunciar as mensagens sexistas e por aí vai.

Estamos com processos judiciais nesse momento por pintarmos com as cores do arco-íris a faixa de segurança de pedestres em frente da Embaixada da Rússia. A Câmara Municipal veio cobrar de mim uma multa de dois mil e quinhentos euros...

LC - Isso foi recente então...

SV - Foi há um mês (esta entrevista foi realizada em novembro de 2013).

LC - E essas ações? Elas tiveram muita repercussão e foi aí que as Panteras ficaram conhecidas...

SV - As Panteras têm muito mais impacto do que aparenta porque somos um grupo muito pequeno. Nós somos o típico grupo radical, muito pequeno, mas com uma grande capacidade de influência. No contexto europeu não há nenhuma situação como a nossa. Porque, tipicamente, há trinta anos, na França, na Alemanha, na Espanha ou na Inglaterra, houve os movimentos, nos anos 60, 70, que vinham da esquerda para dar rompimentos radicais com a libertação sexual, e depois foram substituídos pelo *mainstream*. Em regra geral, o movimento radical morreu, e tem agora uma nova possibilidade com o movimento queer.

Mas, em regra geral, pelo que eu conheço de movimentos radicais, por exemplo, a França e a Espanha, é que são muito pequeninhos e muito pouco influentes, mesmo os mais interessantes, até porque o movimento *mainstream* é muito dominante.

Aqui temos duas particularidades, três... A primeira: a gente começou muito mais tarde, nós não somos um movimento dos anos 60, 70, somos dos anos 90, o que é contemporâneo a nós é o movimento na Turquia e no Marrocos, não é Stonewall, não é o movimento na França, Inglaterra ou Alemanha. Nós somos realmente um caso único na Europa. E isso tem a ver com o tipo de democracia que existiu aqui, o domínio dos partidos, o fato da esquerda majoritária pós-revolução ser profundamente homofóbica e machista, e realmente reprimiu, inclusive fisicamente, que os movimentos sociais pudessem existir, e até mesmo a criminalização da homossexualidade, que aqui Portugal durou até 1982. Esse primeiro fato é muito interessante, isso não ocorre há 30, 40 anos, ocorre há 15. Eu sou relativamente novo, mas já sou um dos ativistas mais antigos na ativa neste momento. O que é estranho, pois só tenho 40 anos.

O segundo fator é que as Panteras são uma mistura de duas gerações. Apesar de sermos um grupo muito pequenino, na verdade nós somos vários, temos grupos autônomos um dos outros, é mesmo uma rede, mas cada um dos grupos tem o seu posicionamento e suas prioridades, o que não significa que nós não consigamos funcionar nacionalmente em determinadas coisas. Nós podemos ter umas 15 pessoas em Lisboa ou no Porto, 5 em Coimbra, 5 nos Açores, e um pouco mais, mas temos umas mil pessoas atentas a nós e que aparecem nos atos públicos. Temos uma lista de e-mail na qual distribuimos as informações que chegam para umas 500 pessoas e dezenas aparecem quando fazemos alguma coisa. Então, temos realmente uma influência muito grande para fazer as ações aqui. Isso tem a ver com as Panteras serem de uma geração mais nova, de pauta já politizada, o que não é uma realidade em Portugal, é realmente uma nova geração, uma pauta queer, já com pensamento queer, mas, sobretudo, sermos a mistura disso com os fundadores de movimentos LGBT.

Ou seja, as pessoas que há 15 anos, estou a pensar em trans, em lésbicas e, obviamente, em gays, não estou a pensar em bissexuais porque isso não esteve em questão política em Portugal, e acho até abusivo usar o B na sigla sem usar para fazer política, mas isso é uma outra questão. Mas pessoas T, L e G que há 15 anos fundaram o movimento, e que o fundaram numa perspectiva mais radical, estão nas Panteras, independentemente de estarem em outras instituições. E isso nos dá uma capacidade de influência e ação que mais nenhum grupo radical tem na Europa.

E o terceiro aspecto, a situação econômica em Portugal: aqui nunca houve espaço econômico, capacidade de consumo para haver uma grande vertente do desenvolvimento comercial, por exemplo, a noite gay. Estou a fazer uma caricatura, pois aparecerem uns locais novos que de fato estão a ganhar muito dinheiro, mas é quase como se os mesmo cinco bares que atuavam no mercado gay há 15 anos estão aí até hoje. A novidade é que, quando muito, eles invadem o Bairro Alto, que era muito homofóbico e, portanto, ali se tornou um bairro misto. Agora, em desenvolvimento comercial, você conhece alguma revista gay comercial em Portugal? Não há. Mas já se tentou, várias vezes! Isso é um seguro de vida pra nós. O fato de a dimensão comercial, em relação à apropriação das identidades LGBT, não ter espaço. As pessoas não têm

capacidade de consumo e por isso a nossa capacidade de influencia é ainda maior, isso cria uma cultura diferente.

LC - Dessas ações diretas que você citou, qual delas você considera que teve mais repercussão, mais sucesso, no sentido de repercussão midiática e de resultados práticos também? Por que às vezes as ações têm repercussão midiática e não mudam o que está sendo proposto. Foi a discussão sobre a doação de sangue? Ou o sangue dos gays continua sendo rejeitado para doação?

SV - O caso do sangue teve muita visibilidade, mas deixa eu fazer aqui um exercício de memória. Em relação ao sangue, a situação não é a mesma, supostamente as questões de parceiros já desapareceram do questionário, mas os institutos continuam a instruir os médicos como faziam antes. A estratégia é retirar a pergunta escrita e não usar o sangue da pessoa caso se perceba que ela é homossexual. O critério de corte continua a ser a orientação sexual e não a multiplicidade de parceiros e práticas sexuais. Nós temos dito que, com isso, muitas pessoas estão correndo risco, ao receberem o sangue. Acho que muitas pessoas arriscam ser contaminadas por causa desses critérios de merda e os responsáveis por isso deveriam ser todos presos. Isso não tem nada a ver com critérios médicos.

Mas eu acho que não foi o caso do sangue a ação de maior impacto que fizemos. A notícia em jornal, como a primeira manifestação contra a homofobia em Portugal, e já havia a marcha do orgulho, mas isso não foi uma marcha do orgulho, foi uma manifestação contra homofobia em 2005. Nós fizemos uma coisa absolutamente inédita que foi, depois de alguns meses a intervir num caso, em que cerca de 30/40 homens em Viseu, que é uma cidade muito conservadora ao norte do país, andavam a organizar noites de caça, a apontar pistolas pra cabeça dos gays, perseguir eles, com cenas de muita violência.

Eu fui para Viseu, com uma jornalista, anunciamos a situação, pressionamos a polícia e os tribunais, a Câmara Municipal de Viseu. Eles responderam que não tinham conhecimento do fato e que até duvidavam da veracidade da história. Diziam que mesmo que fosse verdade não seria possível identificar as pessoas. No dia seguinte identificamos as pessoas e publicamos nos jornais e finalmente o que acontecia é que o

grupo era liderado por rapazes que eram filhos de um juiz, de um comandante local da polícia. Por isso, claro que a polícia não queria fazer nada! E nós anunciamos essas ligações todas, e, portanto, as pessoas foram detidas a partir de nossa denúncia.

Eu tive que fugir de Viseu, eu e a jornalista, fugimos na manhã seguinte sob ameaça de morte. No mês seguinte organizamos uma manifestação em Viseu, foi a primeira vez que se fez uma coisa dessa natureza, ou seja, de todo país se mobilizaram pessoas para uma manifestação em uma cidade no interior, com muita repercussão.

Mas esse não foi o caso que nós enfrentamos com maior impacto. O caso que tivemos mais impacto foi o assassinato da Gisberta, a transexual, no Porto, em 2006. Mas aí o próprio caso é um impacto em si, de choque extremo.

LC - No caso de Viseu, essas pessoas foram presas?

SV - Não, não teve nenhuma consequência legal, mas teve muitos efeitos. Primeiro, mudou a situação em Viseu, passou a existir uma associação na cidade e as pessoas começaram a sair do armário e as situações de violência acabaram, nunca mais aconteceram. Realmente as pessoas não foram condenadas, como lhe falei, eram membros da elite, muito protegidos pelas autoridades locais. Agora teve consequências, a principal foi enviar uma mensagem em nível nacional pra todas as cidades do interior onde isso era sistemático. Não era só Viseu. Em Évora tínhamos relatos de ataques organizados em locais de pegação gay. Nós quisemos transformar Viseu num exemplo, e mandar um recado: “isso já não é permitido. Quando nós soubermos das próximas vamos fazer o mesmo na tua cidade, onde houver nós vamos aparecer, isso não vai ser mais permitido”.

LC - E no caso da Gisberta, como foi a ação das Panteras?

SV - Isso dá um livro. Esse caso, pra nós, durou dois anos e tem dimensões diferentes. Nosso primeiro foco foi denunciar o caso, porque ele esteve à beira de ser abafado. Não porque ele não foi noticiado, as notícias diziam que crianças de 12 anos haviam matado uma pessoa e isso não pode ser abafado, mas ao fim de uma semana havia todos os sinais públicos de que sairia uma autópsia falsificada, pela qual a pessoa não teria morrido afogada. E nós fomos lá e fizemos o trabalho de ir atrás de técnicos de

medicina legal, mostrar o resultado e o que sabíamos da autópsia e fazer eles assumirem que a primeira autópsia não era verdadeira. Tecnicamente não podia ser verdade, dizia que ela tinha água nos pulmões, mas que não morreu afogada. Isso é uma contradição, não podia ser. Houve então uma tentativa de limpar o caso e fazer com que não fosse um assassinato, que fosse qualquer outra coisa, um acidente.

Houve uma tentativa de esconder de que essa pessoa foi torturada, todo o corpo dela estava marcado com pontas de cigarro. O rosto, tudo. Foi no velório que eu soube disso, quando vi o corpo. Então, todos esses dados, sobre a situação do corpo, por exemplo, foram ocultados publicamente e nós não sabíamos, só soubemos lá.

Por um lado tinha isso, uma tentativa de manipulação do caso, pela imprensa e pelas autoridades, com o argumento de não estragar a vida das crianças, sendo que nós, por um lado, resistimos a isso, denunciámos o caso como devia ser denunciado. Por outro lado, nos opusemos a toda e qualquer tentativa de mediatizar para exigir penas de prisão maior para os menores e nós respondemos a isso dizendo que essas são crianças institucionalizadas que estavam sob a responsabilidade do Estado, uma instituição da Igreja mantida pelo Estado. Portanto, se vocês querem aumentar a pena de prisão para alguém tem que aumentar para o Estado. E para os responsáveis pelo Estado e para as pessoas que estavam responsáveis por eles.

Não aceitamos também esse discurso de repressão, mas nossa principal batalha não foi essa. Nós fizemos uma grande campanha internacional denunciando o caso da Gisberta, foi uma das mais sérias e sistemáticas feitas para um caso de assassinato, recebemos prêmios internacionais, as Panteras deram muita visibilidade a essa situação.

Mas soubemos que aqui em Portugal o caso estava parado e então precisamos de uma pressão exterior.

Agora, o nosso confronto maior foi com o movimento LGBT, ou LGB, como começamos a chamá-lo a esta altura, porque nós fizemos imediatamente um mea-culpa interna dizendo que uma pessoa trans, que estava no estado da Gisberta, isto só acontece porque o movimento LGB na verdade nunca foi T. A verdade é que nenhuma associação que se assume como transexual ou transgênera alguma vez deu espaço para a organização de pessoas T ou alguma vez destinou recursos como os que destina, por

exemplo, pra questão gay. Portanto, lamentamos, isso é fruto da hipocrisia do movimento e também nós assumimos a nossa cota de responsabilidade, e o restante do movimento assumiu-a? Obviamente não foi o que aconteceu.

O que aconteceu aí foi um ataque feroz, sobretudo da Ilga Portugal, contra as Panteras, que entendeu que nós estávamos imputando a culpa disto que aconteceu ao movimento e não perceberam nada do que estávamos dizendo e, sobretudo, disseram: “você estão dizendo que isso é transfobia, mas isto é homofobia, não tem anda a ver com transfobia”.

LC - Como assim?

SV – Exatamente, como assim? As teses da Ilga eram duas: a primeira era que ninguém conhecia a palavra transfobia, não era usada. Isso nós respondemos de maneira muito simples: “sim senhor. E há um tempo nós dizíamos homossexual masculino, homossexual feminino e quando começamos a falar de gays e lésbicas, você disseram: “não, que ninguém conhece!” Depois começamos a falar de LGBT e você disseram: “não que ninguém vai entender, ninguém vai entender!” Depois começamos a falar de homofobia e você disseram: “tem que ser discriminação aos homossexuais, ninguém vai entender!” e agora é exatamente a mesma coisa! Então, passemos para o argumento a seguir: “você não sabem se isso foi transfobia porque na verdade aqueles rapazes sabem lá o que era uma transexual, viram que foi um homem com mamas e pras pessoas transexualidade e homossexualidade é a mesma coisa, portanto, isso foi homofobia...” E nós respondemos: “não. Isto é transfobia e é vossa. Da parte dos rapazes até admitimos que pode haver confusão entre os conceitos, mas da vossa parte é mesmo transfobia”. Pronto, aí começamos todo um novo debate.

Na verdade, o caso da Gisberta marcou profundamente e de forma traumática o movimento LGB em Portugal que aí passou a ser T, mas na base do trauma e do conflito.

As Panteras, durante um ano, tiveram um mau relacionamento com a maioria das associações restantes. Porque muitas não entenderam isso na época, levaram um tempo a entender.

LC - Foi a partir desse caso que as Panteras passaram a incorporar as demandas T?

SV- A partir desse caso as Panteras, durante dois anos, não falaram de mais nada, só fizemos trabalho sobre transexualidade, e foi por isso que, quase cinco anos antes das demais associações, nós chegamos ao tema da despatologização das identidades trans e da despsiquiatrização, que as associações demoraram mais cinco anos para entender. Você pode ver o blog das Panteras (<http://panterasrosa.blogspot.com.br/>), os primeiros posts que nós publicamos sobre a questão e é absurda a forma como as outras associações tentaram nos responder, dizendo que: “não, transexuais são doentes, vocês dizem isso, mas eles vão perder o apoio que têm no tratamento”. Respostas absurdas, não eram capazes nem de realizar uma relação com a despatologização da homossexualidade.

As Panteras estiveram muito à frente, não foi por mérito nosso, foi porque, com o posicionamento que tomamos no caso da Gisberta, conseguimos ganhar admiração e integrar uma série de ativistas transexuais muito radicais que começaram a intervir nessa época e passaram a se articular a partir do caso da Gisberta . Uma pessoa que nem é portuguesa, um anarquista belga transexual masculino de 50 anos, que se envolveu com as Panteras nessa altura, que está na origem da lei de identidade de gênero que foi aprovada na Argentina, que agora vive em Buenos Aires, que na cena do ativismo trans no mundo é provavelmente uma pessoa das mais atuantes.

LC - Qual o nome?

SV - Stef. É um homem trans, Stefan Jacob, vive em Buenos Aires. Uma das pessoas mais sérias que existe no movimento trans no mundo. É uma referência europeia, latino-americana e mundial. Essa pessoa mudou profundamente as Panteras desde dentro. Nós éramos, somos queer desde o início só não sabíamos o que era isso. Dizermo-nos queer e não termos o conhecimento aprofundado, que só ganhamos a partir das questões T, não era sério. Hoje em dia podemos olhar para trás e dizer isso, nós nunca tivemos problemas em fazer autocrítica, somos muito críticos de nós mesmos.

LC - Lendo o blog das Panteras, é perceptível a preocupação de vocês com a cobertura da imprensa e a mídia em geral sobre as questões LGBT. De uma maneira geral, tem melhorado ou piorado a cobertura da imprensa portuguesa em relação às questões da sexualidade?

SV - Eu também sou jornalista e não exerço mais por questões éticas. Mas tem necessariamente melhorado porque, nos anos 80 e, em grande medida nos anos 90, todo prisma dos anos 90, mesmo com a existência das associações, era a cobertura tipo o bicho raro, tipo “vamos ver o animal no circo”, o doente ou o criminoso. Eu tenho um arquivo de imprensa muito exaustivo desde a década de 70 sobre isso e posso garantir que não há um artigo escrito direito, em 30 anos, é sempre o esquisito, a coisa criminosa misturada com drogas e trabalho sexual ou doença mental.

Depois há uma nova fase que tem a ver com o surgimento dos associativismos fundados na metade dos anos 90, que é a fase da curiosidade, mas é de uma ignorância extrema, os jornalistas não dominam os conceitos, os nossos temas nunca aparecem nas páginas de política, aparecem sempre nas páginas de sociedade, o que é uma despromoção do tema, e a abordagem é sempre de curiosidade, continua sendo a de animais do circo, mesmo que mitigada em torno de uma questão de direitos. Continua a ser “vamos falar com estas pessoas sobre sua experiência enquanto homossexuais”, portanto, sempre a pessoalizar.

Na verdade, há um programa de televisão, onde eu fui nos anos 90, que é ridículo e eu nunca mais voltei em um programa assim. Fiquei eu o programa inteiro a tentar de falar de direitos e a apresentadora fica o programa inteiro a tentar que eu fale da minha experiência homossexual, da minha família. E ela dizia assim: “então, conte como foi com seus pais”. E eu respondia: “olhe, não interessa muito como foi com meus pais, o que interessa é que pra maioria das pessoas é um problema, eu não estou aqui pra falar de mim. A minha experiência sexual não interessa pra nada”. É um programa todo assim. Ela não queria ouvir. Ela simplesmente só queria que eu contasse de minha experiência sexual e fizesse verter as lágrimas dos velhinhos, fazer acontecer o lado “humano” das coisas. Eu acho que sempre devemos utilizar do lado humano quando há

uma incompreensão social em torno de uma questão. Mas não tem que ser eu. Eu sou um ativista político, têm muitas pessoas dispostas a exhibir-se e contar as suas histórias.

Sendo bem pouco modesto, acho que as Panteras tiveram uma influência determinante na primeira metade dos anos 2000 para mudar essa realidade midiática, porque interpelamos cotidianamente a comunicação social no sentido de dizer; “não é a homossexualidade que tem que se justificar, é a homofobia, portanto, nós não respondemos mais matérias deste gênero, nós não falamos mais com vocês nessa base e, se vocês querem falar conosco agora, vai ser sobre casos de homofobia e é isso que nós queremos visibilizar, e é isso que vai ter que se justificar de alguma maneira, porque não tem justificativa, portanto, é atrás dessas pessoas que vocês têm que ir, não é o homossexual que tem que ser mostrado, é a sua discriminação”.

Durante cinco anos nós só trabalhamos casos de discriminação muito midiáticos, como já dei alguns exemplos, mas poderia dar mais. O que aconteceu com isso? Os jornais perceberam que, se queriam noticiar algumas ações muito importante que fazíamos, tinham que se submeter a isto e, sobretudo, tinham que especializar jornalistas no assunto e foi o que aconteceu. E nós começamos a realmente a ter acesso a jornalistas assim.

Obviamente, isso tem uma dialética com o movimento, pois nas redações alguns jornalistas começaram a se assumir e, entre as duas coisas, passou a ter gente especializada no tema. Hoje em dia não há, ou é raro, um jornalista escrever sobre um tema LGBT e não estar já dentro da temática. E isso claramente fomos nós que conquistamos, não foi mais ninguém, fomos nós com base nesse tipo de ação.

LC - Quero agora falar um pouco sobre o debate na discussão sobre o casamento. Vocês tiveram a posição de ser a favor do casamento, mas com críticas à instituição, à normatização...

SV – A nossa posição era “sim, mas....”.

LC - Qual a avaliação que você faz desse debate sobre o casamento (a maior polêmica foi realizada com o professor, pesquisador e então deputado Miguel Vale de Almeida, que Sérgio prefere não nominar na entrevista)?

SV - Acho que a Ilga Portugal cometeu um erro estratégico e ético muito grave. O erro estratégico foi permitir o avanço, na negociação com o Partido Socialista, uma solução de avanço do casamento em troca da inclusão de uma cláusula explícita de discriminação com relação a adoção. Isso não existia. A cláusula de discriminação sobre a adoção era implícita, não estava escrita, agora está. E o problema estratégico disso é que agora não conseguimos resolver a situação, que só vamos conseguir resolver parceladamente, com processos de famílias contra o Estado, ao longo de muitos anos, uma coisa que bem negociada teria sido resolvido da melhor forma naquele momento, porque havia uma relação de forças naquela altura e era possível pressionar o PS. Apesar do PS ser um partido covarde nessas coisas, era possível, mas eles desistiram da partida. Quando não se exige o todo só se obtém menos de uma parte. Quando se exige um todo se consegue uma parte. Isso não é negociar, é dar de bandeja. É assim que funciona.

O que você não pode é exigir por baixo, isso não é negociável, isso é dar de bandeja os pontos, a partir de uma negociação, e acho que a Ilga fez isso. Isso é um problema ético, não se tira um direito para ganhar outros. Não se aceita a inclusão de cláusulas discriminatórias na lei! O movimento não pode fazer isso, o movimento social não é um partido político, não tem que fazer cálculos desses, tem que ter posição de princípio e, portanto, não pode aceitar a introdução de uma nova discriminação.

LC - E a discussão sobre a instituição casamento?

SV - Me desculpa o meu tom zangado, mas eu me zango ao falar dessas coisas, ainda me zango quando lembro disso.

LC – E a questão da normatização, vocês alertavam para a criação de uma hierarquia de quem casa sobre quem não quer casar...

SV – Absolutamente. Nem é só a bitola do casamento. É sobre o homossexual bem integrado e as pessoas que continuam com grau de liberdade sexual assumida e que não têm vergonha de falar de sua promiscuidade, se quiser substitua o termo promiscuidade pelo termo liberdade, mas esta é uma oposição constante movimento LGBT. Há o bom e há o mau homossexual. Na verdade, é misoginia pura. Porque o bom homossexual é o

que atende a linha da masculinidade, anda arrumadinho. E o que fica de fora? Tudo o que é velho, feio, gordo, doente, mulher, afeminado, tudo que é feminino e tudo que não corresponde a um padrão socialmente próximo ao da heterossexualidade. Isso Butler e os teóricos queer teorizaram muito melhor do que eu.

A questão é que, no casamento, nós tínhamos uma noção contraditória, ou seja, que era preciso aprovar socialmente o que representava para uma larga faixa da comunidade e da população em geral, uma mudança de mentalidade, ou seja, a ideia do “eu já tenho o reconhecimento legal, portanto, a discriminação perdia terreno” e perdeu, não tenho dúvidas disso. Simbolicamente foi muito importante. A adoção será mais, porque o último grau de resistência das pessoas é continuar a associar a homossexualidade ao abuso sexual de crianças. E é daí que vem o problema de fundo da proibição da adoção. Que é a associação da homossexualidade com a pedofilia.

Eu não gosto muito de usar o termo pedofilia porque eu acho que abuso sexual de menores é muito mais preciso, porque a pedofilia pode ser um desejo não concretizado e nesse instante então não é um crime de abuso, pode ser só uma fantasia da pessoa, portanto, eu gosto de fazer distinção. Acho que o termo pedofilia acaba por confundir a questão e não ajuda muito a destrinçar as situações de abuso sexual, que é o que nos interessa. E aí não nos interessa só das crianças, nos interessa em geral.

O problema é que, obviamente, o modelo do casamento é o heterossexual, historicamente opressor das mulheres, e podemos desenvolver todo o tipo de crítica ideológica, além da questão da homonormalização. O que nós dissemos foi muito simples: nós faremos campanha pelo direito de decidir e, portanto, o acesso das pessoas a uma igualdade legal. Portanto, o Estado tem a obrigação de reconhecer, mas não faremos campanha para casar. Isso nunca. Eu lembro que, depois da legalização do casamento, o discurso das Panteras na marcha seguinte foi: “casar, casa quem quer”. Agora, direitos têm que ser iguais para todos. Inclusive o direito de não casar. É um direito decidir sobre isso. Não é decidido pelo Estado.

LC – Entre os avanços legais que Portugal conseguiu, como o casamento, na inclusão da orientação sexual no artigo 13º da constituição a proposta não incluiu a da identidade de gênero. Por quê?

SV - Essa foi uma das críticas originais que eu fiz à Ilga. Eu ainda estava na Ilga nessa época.

LC - Mas esses avanços que já existem, eles ajudaram a diminuir a homofobia?

SV – A homofobia social?

LC – É.

SV – Eu acho que sim. E não só os avanços legais, não só a ação do movimento e não só uma cultura midiática que passou a visibilizar a homossexualidade, como no Brasil, hoje em dia, com os homossexuais nas novelas, que até tendem a ser cada vez menos estereotipados. Esse avanço existiu também muito por via das artes e não só do movimento, embora eu não goste muito de tirar os créditos do movimento, que é a origem disso tudo. No entanto, eu acho que isso tudo é flutuante e a crise econômica vai destruir esses avanços.

LC - Por quê?

SV - Por uma questão prática. As identidades homossexuais precisaram da revolução industrial para existir como tal. Obviamente também precisaram da definição médica, pois foi a medicina que tipificou homossexualidade enquanto identidade. Mas há uma questão econômica de base, pois se as famílias continuam homofóbicas, e a maior parte delas o são, não há liberdade para as vivências homossexuais fora do armário. E eu acho que estamos a ter grandes recuos nesse ponto de vista. Eu já conheço dezenas de homossexuais que saíram das casas das suas famílias, em determinada época, porque se emanciparam, mas também porque precisaram fugir das famílias, que eram completamente homofóbicas e que, agora, em função da crise econômica, tiveram que voltar pra casa dos pais e deixar de estudar, perderam os empregos e estão dependentes de pais homofóbicos aos 40 ou 50 anos. E aí os tensionamentos reiniciam porque as pessoas voltaram para o armário. Isso não é um recuo?

Temos maior invisibilidade social com cada pessoa que entra no armário. Menos visibilidade significa que a próxima geração vai nos ver menos, ou seja, significa mais discriminação. Não é um processo inteiramente linear, mas temos todos os sinais disso,

inclusive porque alguma homofobia já está a voltar a ser politicamente correta, e já tinha deixado de ser.

LC - Por exemplo?

SV - Comentaristas de jornais fazem colocações abertamente homofóbicas, ou abertamente a favor de eliminar as leis conquistadas nos últimos dez anos. E não é a Igreja, são comentadores que há dois anos não teriam escrito aquilo. Não tinham espaço.

LC - Eu li vários artigos de muitos pesquisadores, de Miguel Vale de Almeida e da Ana Cristina Santos...

SV - Respeito muito ambos e os seus trabalhos acadêmicos. Apesar de que na prática e na teoria eu e o Miguel temos tido divergências muito profundas, sobretudo ultimamente porque ele anda a fazer uma espécie de teorização de antagonismo qualquer entre o movimento radical e o movimento *mainstream*. E eu, como já disse logo no início, não acredito nessa oposição, acho que há divergência, mas um precisa um do outro para existir.

LC – Então, eu li alguns artigos que tentam responder como Portugal, um país tão católico como o Brasil, com uma herança conservadora, conseguiu aprovar o casamento e outros marcos legais. Os textos dizem o seguinte, muito resumidamente: a entrada de Portugal na União Europeia facilitou a adoção de determinadas orientações gerais sobre os direitos humanos. Outra questão é de que a Igreja Católica teria perdido bastante do seu poder, pois as pessoas se dizem católicas, mas não são praticantes. Outra coisa que teria ocorrido é uma certa união dos movimentos, que os movimentos LGBT estiveram unidos e em alguns momentos juntos também com as feministas e os movimentos raciais/étnicos. E também um compromisso claro, do espectro da esquerda, com essas demandas LGBT. Você concorda com esse diagnóstico?

SV – Concordo. Mas acho que há mais alguma coisa a dizer em relação ao ponto da perda de influência da Igreja Católica, pois em termos de católicos praticantes realmente

há muito menos do que havia. Há um outro mito que durante alguns anos nos impediu de avaliar esse poder, o mito de que 90% da população em Portugal é católica. Isso não é verdade, está muito longe de ser verdade. Isso vem de um automatismo do Estado e da Igreja. O Estado financia a Igreja em função do número de católicos que se calcula que existe. Há uma concordata entre o Estado e a Igreja que vem do salazarismo, vem do fascismo isso. O problema é que o número de católicos, como eles contam, são todas as pessoas, você só não está nesta lista se escreve para lá e diz: “eu quero ser tirado dessa lista”. Eu sou contabilizado como católico praticante e a Igreja é financiada em função de mim. Assim é fácil.

LC - Como assim? O Estado financia a Igreja?

SV - Diretamente.

LC - Como?

SV - Por exemplo, destinando às escolas da Igreja boa parte do dinheiro que vai para o ensino privado. Entregando à Igreja dez mil das 20 mil crianças que estão institucionalizadas em Portugal, inclusive as que mataram a Gisberta. Há muitas formas de financiamento da Igreja pelo Estado, há uma concordata sobre isso. Que vem de Salazar.

LC - E a discussão intersex, é muito mais recente ainda dentro do movimento LGBT?

SV - Não está sentida aqui em Portugal ainda.

LC - Nem nas Panteras?

SV- Nas Panteras sim, nós temos algum conhecimento da coisa porque temos relações desenvolvidas com muitos movimentos radicais da Europa. Nós fomos, por muitos anos, em uma iniciativa que agora está um pouco parada, mas que estava acontecendo em Marselha, na França, que recomeçou uma iniciativa histórica do movimento francês, a universidade euro-mediterrânica das homossexualidades. Foi um evento que aconteceu durante sete anos, e que foi fundamental para os movimentos emergentes no Magrebe no norte da África se conhecerem uns aos outros. Foi na França que se

conheceram pela primeira vez, porque conseguiram trazer para Europa vários deles. Foi inédito reunir marroquinos, argelinos, egípcios e os movimentos do Oriente Médio. Essa estrutura conseguiu fazer o mesmo com os movimentos do Leste Europeu. Portanto, todos esses movimentos que estão sendo agora reprimidos, como na Croácia, Letônia, Turquia, Polônia, Rússia, todos esses movimentos que surgiram no início dos anos 90, também se conheceram em Marselha há dez anos. E sobretudo foi lá que estabelecemos as redes radicais que existem hoje na Europa. Por quê? Porque os franceses conseguiram organizar e obter do próprio estado francês uma estrutura física e dinheiro para fazer tudo isso, pagar viagens, e nós aproveitamos aquilo para articular os movimentos radicais.

Em Marselha tomamos conhecimento dos movimentos intersex, pela primeira vez, há coisa de seis anos, foi uma grande novidade pra nós, até então só falávamos em transgenerismos e não tínhamos uma noção que havia todo um movimento em torno dessa outra questão, e nem tínhamos sequer noção do conceito, do termo e do que ele abarcava. Fomos muito bem informados lá em Marselha sobre isso e pra nós foi um choque positivo conhecer os movimentos francês, suíço e alemão, que estavam mais desenvolvidos na época, e estavam em guerra com seus respectivos Estados para obter o direito de ter acesso aos documentos médicos da sua infância. Ou seja, saber como eram antes de serem mutilados completamente. Depois trazemos o termo pra cá, mas não houve ainda debate sobre isso no movimento, mas nas Panteras sim.

LC - Mas no coletivo do movimento não.

SV - Não. Perdão, no movimento trans sim. Eu ainda não conheço nenhum ativista em Portugal que se diga intersexual, essas coisas ainda não apareceram. E eu sempre tenho muita dificuldade de falar pelos outros, por isso espero que eles apareçam.

LC - A lei que vocês estão propondo, de identidade de gênero, é uma lei muito parecida com a da Argentina?

SV – Não. A lei da Argentina é muito melhor, é a melhor do mundo. A lei de identidade de gênero que foi aprovada aqui, com nosso apoio, é um mal menor. Porque ela foi aprovada em conjunto pelo Bloco de Esquerda e o Partido Socialista e uma das

condições que o PS colocou foi que continuasse a valer o laudo médico, portanto, continua a ser uma lei patologizante, que parte do princípio de que sem o aval médico de um psiquiatra, que diga que essa pessoa é uma transtornada mental, ela não tem autonomia de fazer transformação que quer e sobretudo a mudança dos documentos legais. Essa não é uma boa lei.

LC - Sim, mas a pergunta que eu fiz é sobre a nova lei que vocês propõem agora, se ela é a mesma dos moldes da Argentina?

SV – Ah, o que nós estamos a propor agora é que desapareça essa obrigatoriedade do aval médico. Nós entendemos que o parlamento daqui não vai aprovar uma lei despatologizante enquanto existir a norma internacional da Organização Mundial de Saúde e da Associação Americana de Psiquiatria. Essa última já mudou mas a outra não. E nós percebemos muito claramente, na construção da primeira lei, que não temos muito espaço, porque como o critério é o supostamente médico, mas a gente sabe que não é, é meramente político, o parlamento se recusa a legislar sobre a questão sem o depoimento médico. Portanto, enquanto não mudarem os documentos internacionais, não vai mudar a legislação ao nível nacional aqui. O que nós estamos a propor é que as mudanças de documentos não precisem mais de um aval médico.

LC - E essa nova proposta está tramitando no parlamento?

SV - Não. Não existe ainda em forma de projeto de lei, e nesse momento não temos um contexto favorável à aprovação de leis no parlamento para as pessoas LGBT. Mesmo essa lei da co-adoção, da qual estávamos falando anteriormente, talvez não aprovem agora². E também é contraditório esse projeto. É um projeto que, ao mesmo tempo, tenta reconhecer um laço de família entre uma criança com a quem ela não tem laço de sangue, que é o co-pai ou co-mãe, é uma lei que reforça profundamente os laços de sangue, pois diz assim: só é admissível usar relação de sangue, mas como aqui é uma relação que de fato já existe, vamos aceitá-la. E isto não é muito honesto.

² Em janeiro de 2014 o Parlamento português aprovou uma proposta para a realização de um referendo sobre a questão, que logo depois foi considerado inconstitucional e, em março de 2014, o projeto de co-adoção foi rejeitado em plenário.

LC - Então, pelo projeto de co-adoção em tramitação no parlamento, dois gays que querem adotar uma criança com a qual não tem laço de sangue não podem fazê-lo? A proposta de lei trata só dos casos em que um dos parceiros já tem laços de sangue com a criança, é isso?

SV - Sim. E se essas duas pessoas forem casadas ou em união de fato. E, além disso, a lei discrimina outros modelos familiares. Como sempre. Essa é a relação do Estado com as relações das pessoas.

LC – Antes você estava falando um pouco da particularidade das Panteras em relação a outros coletivos queer. Em que você acha que as Panteras se diferenciam?

SV – Essa é uma pergunta muito interessante. Eu tenho pensado muito nisso nos últimos meses, porque as Panteras, de alguma forma, já foram ultrapassadas em seu tempo. Ou começam ser. Eu sempre achei que os coletivos são o meio, não são o fim. Não tenho nenhum problema em ver as Panteras desaparecerem se estiver a surgir coisas que valem mais a pena. As Panteras surgiram num momento de transição, eu acho. Um momento de transição de passagem do movimento LGBT *mainstream* para um movimento queer, com discurso ofensivo, uma transição do movimento LGBT para uma série de ativistas que não estão no movimento LGBT, que realmente estão só no movimento queer, ou fazem ativismo queer em outros movimentos que não têm nada a ver com questões sexuais, nós fazemos essas pontes. O que, de alguma forma, nos data. Nos fixa cronologicamente.

Eu acho que vai haver um tempo, que não está muito longe, mas eu não sei medi-lo, em que as Panteras chegarão à conclusão de que estão velhinhas e que será preciso fazer outras coisas. Porque as Panteras foram criadas com um projeto estratégico para fazer aquela transição midiática de que te falei, tirar o foco da mídia da homossexualidade para colocar no foco na discriminação. E este trabalho está feito. O foco das mídias já não é mais sobre homossexualidade, é sobre discriminação. Não é mais sobre as vivências, é sobre a discriminação delas. Isso está ganho há vários anos e, por isso, talvez, já não sirvamos. Podemos continuar a luta e enfrentar casos de discriminação concretos e continuados, mas a verdade é que qualquer movimento já faz isso.

Encontrar apoio jurídico a quem precisa, naquela época era só nós que fazíamos. Se uma pessoa ia com caso de discriminação lá na Ilga, a Ilga dizia que não tinha meios pra lidar com isso, e o mesmo acontecia com as outras associações. Portanto, nós tivemos esse projeto estratégico e fomos para um outro que também já está em curso. Nós nascemos pra fazer uma ponte entre o queer e esse movimento *mainstream*. Ou seja, a ponte é mesmo uma ponte. Nós não somos puros nesse ponto de vista, nós estamos enraizados na construção do movimento *mainstream*, mesmo com nossas posturas críticas. O movimento queer “puro”, pode ridicularizar essa palavra, eu não estou encontrando uma palavra melhor, realmente rompeu com o movimento LGBT, mas não quer dizer que não sejamos aliados em momentos estratégicos importantes.

Mas um grupo como o Exército Dumbledore e as Bichas Cobardes (ver <https://www.facebook.com/bichascobardes?fref=ts>), que são grupos que apareceram recentemente, que têm menos relação com movimento LGBT, a não ser nesses momentos estratégicos onde precisamos ir lá tomar uma decisão pública. No cotidiano não é com o movimento LGBT que eles intervêm. É com movimento antirracista, é com as manifestações contra a troika, com a RDA (um espaço aberto e de inspiração anarquista autogestionado onde funcionam vários coletivos), enquanto queer, coisa que as Panteras também fazem, mas nós continuamos a ter um pé lá atrás e a fazer uma ponte que eu acho que é indispensável porque senão haveria aqui uma ruptura aprofundada que também não é saudável. Tem que haver ligação, até porque o movimento queer radicaliza sistematicamente o movimento LGBT, e é esse seu papel.

Portanto, essa ponte é útil e necessária, por quanto tempo não sei. Acho que nossa particularidade é essa.

LC - Esses dois grupos que você citou são daqui.

SV - Sim. São muito recentes. Um chama-se Exército Dumbledore (<https://www.facebook.com/pages/Ex%C3%A9rcito-de-Dumbledore/266567403417002>), um movimento de nova geração, que inspira-se no Harry Potter, que não é do meu tempo. E as Bichas Cobardes, por que chama assim? Porque assumiram o papel histórico que as Panteras também tinham. São grupos de denúncia de agressões e discriminações dentro da comunidade LGBT. Daí chamam-se Bichas Cobardes. Por dois motivos: se

assumem bichas, não aceitam misoginia dentro do movimento, dizem “nós somos bichas, é assim que queremos ser e não nos chateiem”, e no sentido de covardes porque estão inseridos numa comunidade que discrimina, que é altamente preconceituoso, em que há uma grande falta de solidariedade. E são um movimento queer. Eu percebo que eles não são movimento LGBT, são outra coisa.

LC - Eu queria que você falasse um pouco da reação sobre você usar saias da marcha deste ano (2013)...

SV - É a reação misógina de sempre, fundamentalmente da parte de homens gays que me contataram dizendo que estava a “denegrir a imagem dos homossexuais agora, após tantos anos a tentar construir uma imagem de respeitabilidade”. Uma lésbica me escreveu exatamente no mesmo tom e eu disse: “mas tu achas mal feminilizar a imagem do homem? Desculpa, tu és lésbica, presumo que és uma mulher que se identifica como mulher, portanto, me explica qual o problema que você tem com as mulheres e com o feminino, por que feminilizar seja o que for é discriminá-lo?” Essa pessoa eu tirei de meu facebook.

LC - Sim, mas depois de uma reação dessas, em 2013, você ainda fala que as Panteras podem acabar daqui a pouco?

SV – Ah, mas eu não disse que elas não são necessárias (risos). Eu disse que tudo tem um tempo e que algumas das tarefas estratégicas que as Panteras propuseram há dez anos já não têm razão de ser, não quer dizer que a situação não mude, vai haver recuos, portanto, as tarefas históricas vão voltar a ser úteis. Eu torço pra que dentro do movimento se construam outros movimentos. Porque eu acho que foi muito importante o momento em que eu percebi, por exemplo, que não poderia mais estar na Ilga, e nesse momento nasceram as Panteras. Se tivesse sido um ou dois anos mais tarde, não haveria funcionado e, sobretudo, algumas ações teriam sido comprometidas pelo nosso próprio comprometimento com o segmento LGBT *mainstream*, pois uma série de posturas não poderíamos criticar porque, de certa forma, teríamos estado dentro. É muito importante saber o momento de acabar com uma coisa.

LC - O que eu tenho percebido é que os marcos legais conquistados não foram acompanhados de políticas de Estado para o combate à homofobia. Cito, por exemplo, um projeto de educação (o governo de Portugal tem, através da CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero - , um interessante programa de igualdade de gênero nas escolas, mas os temas da sexualidade e das diversas identidades de gênero praticamente não fazem parte dos materiais educativos produzidos – ver <http://www.cig.gov.pt/>). Sabemos que essas são ações que combatem a homofobia mais no campo da cultura, educação...

SV- Não há nada aqui comparado com o apoio institucional que existe no Brasil.

LC - Mas no Brasil isso tudo está em retrocesso...

SV - Acredito. Mas para nós continua a ser surpreendente, por exemplo, ver materiais do Grupo Gay da Bahia e virar a página e ver logomarca do Estado. Isso não acontece aqui. E esse foi um dos grandes problemas durante anos, no movimento institucional daqui. É porque eles queriam contornar o movimento radical tornando-se institucionais e procurando reforçar relações institucionais com o Estado e com os organismos públicos. E durante dez anos o que tiveram foram desprezo e um bater de portas. Portanto, não tiveram espaço para fazer. Hoje em dia já há relação institucional, projetos financiados pelo Estado, mas é superficial, é muito pouco.

LC - E um dos lugares em que no Estado poderia desenvolver políticas de sexualidade é a CIG.

SV – Teoricamente.

LC - Que avaliação você faz da CIG?

SV - A CIG é uma espécie de organismo tampão, cujo objetivo de fundo é manter organizações LGBT e, sobretudo, de mulheres, institucionalizadas e dependentes de financiamento estatal. Acho que essa é a sua única função. Ao longo dos anos tenho comprovado isso pela sua atividade. Sempre que foi necessário que a CIG tomasse posição pública, por exemplo, sobre casos conhecidos de discriminação, nunca tomaram posição. Pra que serve? Pra dar dinheiro? Pra quê? Concretamente, quando da discussão

do casamento daquelas duas mulheres que tentaram casar, não sei se você sabe do caso, há 5 anos, antes da lei, duas mulheres lésbicas tentaram casar, fizeram uma ação e elas foram muito perseguidas, perderam trabalhos, casa, passaram fome, chegaram a viver em minha casa, andaram na casa das pessoas das Panteras, com duas crianças, passaram horrores. Quando nós contatamos a CIG para obter algum tipo de apoio para elas, a resposta foi: “essas mulheres são mentirosas, conhecemos perfeitamente a situação, sabemos que elas vivem muito bem e nós não temos nada a fazer quanto a isso”. A Ilga teve bastante influência nessa postura da CIG. A Ilga tinha uma tese na época que era: quem tem que gerir essa coisa do casamento é um processo político e, portanto, pra nós, é um problema que essas mulheres queiram processar o Estado por iniciativa própria.

LC – Mas foi assim que o casamento no Brasil avançou, pela Justiça. Se não fosse essa estratégia de pessoas que foram à Justiça processar o Estado, no Brasil hoje não teríamos casamento entre pessoas do mesmo sexo.

SV - E te digo mais, não sei se teríamos uma lei de casamento hoje se aquelas mulheres não tivessem dado a visibilidade que deram para a situação. E acho que a Ilga foi extremamente injusta com elas, além de prejudicá-las materialmente. Este é um dos motivos pelos quais eu fui perdendo respeito pela própria Ilga. Não se faz isso, não se prejudica pessoa que já estão em situação de vulnerabilidade, e ainda mais cortar a possibilidade de encontrar apoio em situação de emergência, isso não se faz mesmo.

LC - Na tua avaliação, que rumo terá o movimento LGBT português nos próximos anos?

SV - Suponho que sejam rumos diferentes, porque são vários movimentos dentro do movimento. Primeiro há uma agenda legal que será cumprida. Quando haverá a questão da parentalidade resolvida, isso vai determinar o fim da agenda do movimento. Aí eles podem, por exemplo, continuar com programas como os de formação das instituições, da polícia, do pessoal da saúde, tudo isso é muito interessante, é aprofundar a situação social, mas eu até duvido que consigam fazer isso nos próximos anos, com a realidade econômica portuguesa tão ruim. E aí, quando essa agenda se esgotar, eu tenho alguma sensação de que o movimento institucional vai se esgotar, e seu sentido também.

Vão ficar todas as questões que não foram resolvidas em nenhum momento, das liberdades sexuais, que continuam atreladas aos direitos. As decisões concedidas pelo Estado nunca são de liberdade, são em torno de direitos pontuais e, ainda por cima, atribuídas, muitas vezes, em função da relação amorosa que vivemos com alguém, se nos deitamos com uma pessoa ou não. Isso não é correto. Os direitos precisam ser outorgados individualmente. Os direitos são da pessoa e não do casal. Eu preciso ter direitos independente de estar casado. É por isso que eu sou contra o casamento, esse é o principal motivo. É que o casamento é uma figura jurídica, que reconhece privilégios fiscais em função de se estar com uma pessoa, e eu acho isso profundamente errado, é uma discriminação. Isso pelo lado da agenda legal.

Depois acho que o movimento lésbico e o movimento gay são coisas diferentes. O movimento lésbico sempre se desenvolveu, até o início dos anos 90, de forma paralela ao movimento gay, não se misturavam. E continua a haver um movimento lésbico autônomo, e ele terá um desenvolvimento próprio porque, de alguma forma, as reivindicações dos movimentos lésbicos não são necessariamente legais. Em grande medida, tem mais a ver com as reivindicações feministas, contra a cultura machista, de emancipação das mulheres, pois a agenda legal já está construída. Portanto, a discriminação das mulheres não é de legislação. Eu acho que vai haver um movimento lésbico desenvolvido para lá da legislação, que é próprio, que eu não sei prever, mas acho que elas tendem a estar limitadas pelas reivindicações gays que são muito classistas, no sentido de que boa parte da legislação que conquistamos boa parte das pessoas não consegue acessar porque continua a viver dentro do armário.

LC - Classista e regionalista também, estive vendo os números sobre os casamentos entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo.

SV – Sim, e centralista, isso tem a ver com a questão de classe. Em Lisboa existe a maior massa de homens gays com um bom nível de vida. Você sai de Lisboa e isso muda radicalmente. Não só muda a capacidade econômica como a visibilidade das pessoas enquanto homossexuais. Depois o movimento T vai ter um desenvolvimento próprio e relativamente autônomo, porque está no início.

OBS: A entrevista foi realizada em Lisboa, no dia 21 de novembro de 2013.